

A LUTUOSA DE PORTUGAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

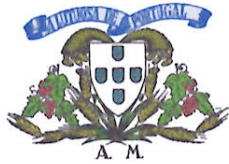
Instituição Fundada em 1 de Julho de 1927



[Handwritten signatures in blue ink]

RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATÓRIO ACTUARIAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Exercício de 2019



Índice

Convocatória Assembleia Geral Ordinária	1 - 2
Relatório da Direção	3 - 8
Demonstrações Financeiras	
Balanço	9
Demonstração dos Resultados por Natureza	10
Demonstração dos Resultados por Funções - Modalidades	11
Demonstração dos Resultados por Funções - Óptica	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
Anexo	14 - 33
Parecer do Conselho Fiscal	34 - 35
Relatório Atuarial	
Relatório de Auditoria	

2.
H
M
B
A.
B.



A LUTUOSA DE PORTUGAL

Associação Mutualista

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do Artigo 88.º dos Estatutos, convoco os senhores Associados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede desta Associação, sita na Avenida dos Aliados, n.º 164, da cidade do Porto, no próximo dia **30 de junho de 2020**, pelas **17:30 horas**, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 – Leitura, discussão e votação da ata da Assembleia Geral Ordinária de 18 dezembro de 2019.

2 – Discussão e votação do Relatório e Contas da Direção e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2019.

3 – Discussão e votação da proposta de constituição de uma hipoteca voluntária, no âmbito do contrato de mútuo a celebrar nas condições já aprovadas pela Assembleia Geral, com vista à obtenção dos meios para a requalificação do imóvel sito na Avenida dos Aliados, n.º 168, no Porto.

Atendendo:

1. A que já foi autorizada, pela Assembleia Geral, a contratação de um financiamento/mútuo destinado a custear as obras de requalificação do imóvel sito na Avenida dos Aliados, n.º 168, no Porto, com o artigo matricial 7332;
2. A que os custos do financiamento vindo de aludir serão significativamente mais reduzidos mediante a constituição de uma hipoteca voluntária sobre o dito imóvel;

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que autorize a constituição de uma hipoteca voluntária - no âmbito do contrato de mútuo a celebrar nas condições por si já aprovadas - sobre o imóvel sito na Avenida dos Aliados, n.º 168, no Porto, com o artigo matricial 7332, até ao montante máximo assegurado de € 1.000.000,00.

4 – Discussão e votação da proposta de atribuição de um voto de confiança ao Conselho de Administração para decidir o destino a dar aos bens móveis existentes no imóvel sito na Avenida dos Aliados, n.º 168, no Porto, bem como para efetuar todas as diligências necessárias à execução da decisão que venha a tomar.

Atendendo:

1. A que se prevê o início, em julho de 2020, das obras de requalificação do prédio da Lutuosa sito na Avenida dos Aliados, n.º 168, no Porto;



2. A que se encontram ainda no referido imóvel vários bens móveis da Lutuosa, sem valor comercial significativo, aos quais é preciso dar um destino a breve prazo;
3. A que ainda estão a ser estudados e avaliados pelo Conselho de Administração os prós e contras das diversas soluções de destino a dar aos bens: seja a alienação onerosa, a doação, a destruição ou o armazenamento dos mesmos;

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que decida dar-lhe um voto de confiança para definir, livremente, o destino a dar a todos os bens ainda existentes no imóvel sito na Avenida dos Aliados, n.º 168, no Porto, bem como para efetuar todas as diligências necessárias à execução da decisão que venha a tomar.

5 – Discussão e votação da proposta de autorização de cedência, ao Município de Vila Nova de Gaia, de 21m2 de terreno do imóvel sito na Rua Fernandes dos Anjos, números 276/280, em Vila Nova de Gaia, com o artigo matricial 4371.

Atendendo:

1. A que já foi aprovado, pela Assembleia Geral, o projeto de habitação multifamiliar/serviços a levar a cabo no imóvel sito na Rua Fernandes dos Anjos, números 276/280, em Vila Nova de Gaia, com o artigo matricial 4371;
2. A que, para a viabilização do projeto nos precisos termos pretendidos, se impõe a cedência ao Município de Vila Nova de Gaia de 21m2 de terreno do dito imóvel;

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que autorize a cedência, ao Município de Vila Nova de Gaia, de 21m2 de terreno do prédio sito na Rua Fernandes dos Anjos, números 276/280, em Vila Nova de Gaia, com o artigo matricial 4371.

6 – 30 minutos para tratar de assuntos de interesse para a Associação.

Se não comparecerem mais de metade dos Associados, com direito a voto, a Assembleia iniciar-se-á trinta minutos depois da hora marcada - ou seja, pelas **18:00 horas** – com qualquer número de Associados presentes, sendo válidas as deliberações que obtenham a aprovação da maioria dos votos dos Associados presentes nos pontos 1, 2, 4, 5 e 6, e de dois terços dos votos dos Associados presentes no ponto 3 da Ordem de Trabalhos.

Porto, 12 de junho de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Henrique Barbosa Teixeira

Nota: Conforme o n.º 2 do Art.º 86 e o n.º 6 do Art.º 88º dos Estatutos, informamos os senhores Associados que os documentos da ordem de trabalhos, encontram-se disponíveis para consulta, na sede da instituição, das 9h00 às 17h00 (horário de expediente).



A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M.

Avenida dos Aliados, n.º 164, R/C

IPSS * NIPC: 500 835 195

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Caros Associados,

Com base no preceituado nos Estatutos da Lutuosa, submete-se à apreciação de V. Exas. o *Relatório e Contas* do exercício de 2019, assim como o respetivo parecer do Conselho Fiscal.

Por facilidade de análise, serão individualizados os aspetos mais relevantes de 2019, a saber:

I - ESTATUTOS E ELEIÇÕES

Foram aprovados, pela Assembleia Geral, os novos Estatutos da Lutuosa. Por essa via, deu-se cumprimento à obrigatoriedade de adaptar o referido documento ao novo Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo DL n.º 59/2018, de 2 de agosto.

Os novos Estatutos foram enviados, entretanto, para o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para verificação da respetiva conformidade com as normais legais e consequente aprovação pela referida Tutela.

Também se realizaram, em 2019, já à luz dos novos Estatutos e do novo CAM, as eleições dos órgãos associativos para o quadriénio 2020-2023, sendo de destacar a eleição do 1.º Conselho de Administração da história da Lutuosa (órgão que substitui a anterior Direção).

II - ASSOCIADOS

Foram admitidos, em 2019, 297 novos associados, com uma idade média de 43 anos.

Considerando o número de novos associados e os que, por falta de pagamento, foram eliminados, constata-se um crescimento efetivo de 2,74%, ou seja, a passagem de 3217 associados em 2018 para 3305 associados em 2019.

É de realçar, ainda, a existência de 894 associados com menos de 40 anos, o que representa 27,05% do total.



Embora se tenha cumprido o objetivo de garantir o aumento efetivo do número de associados, este aumento ficou abaixo das expectativas, o que foi fruto, grosso modo, de uma angariação de novos associados que não correspondeu ao projetado.

A Lutuosa aderiu ainda, por via da *Liga das Associações Mutualistas do Porto*, ao SMP – Serviço Médico Permanente. Por essa razão, todos os associados residentes nos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia passaram a poder usufruir de um serviço médico ao domicílio com consultas a um preço acessível.

III – IMÓVEIS

Sendo um dos ativos mais importantes da associação, o parque imobiliário continuou a merecer, como sempre, uma séria dedicação, e, por isso, foi alvo de inúmeras obras de manutenção e conservação, destinadas a impedir a respetiva degradação e proporcionar aos nossos inquilinos as melhores condições de habitabilidade.

Embora o investimento na conservação e manutenção do parque imobiliário seja invariavelmente significativo, importa ter em conta que, não obstante a Lutuosa praticar rendas inferiores aos valores de mercado, a rentabilidade média dos imóveis da instituição foi, em 2019, de 2,6%. E só será possível manter uma rentabilidade tão apreciável se, naturalmente, ao dito ativo for dada a atenção devida e merecida.

Procedeu-se a uma reavaliação do património imobiliário da Lutuosa, o que afetou negativamente, como já era expectável, a taxa de rentabilidade (daí derivando a discrepância para a taxa constante do relatório de 2018).

Importa ressaltar, no entanto, que as receitas provenientes dos imóveis de que a Lutuosa é proprietária cresceram significativamente em 2019. Esse crescimento foi fruto do processo de negociação levado a cabo com vários inquilinos no sentido de fixar, por acordo e tendo em conta as possibilidades financeiras de cada um, rendas mais justas e adequadas.

Foram dados passos importantes para a aprovação do projeto de requalificação do espaço sito Rua Fernandes dos Anjos, n.º 280, em Vila Nova de Gaia, o qual aguarda, ainda, o parecer favorável da Gaiurb - Gestão Urbanística e Paisagem Urbana de Gaia, E.M.

Por sua vez, a Assembleia Geral da Lutuosa aprovou, em 2019, a conversão do projeto das Residência Académicas Mutualistas, a levar a cabo no imóvel sito na Avenida dos Aliados,



A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M.

Avenida dos Aliados, n.º 164, R/C

IPSS * NIPC: 500 835 195

n.º 168, no Porto, num projeto de requalificação de parte do dito imóvel com vista ao seu arrendamento para escritórios/serviços.

A Lutuosa teve ainda de lidar, em 2019, com um processo da Direção de Finanças do Porto destinado à retirada, inclusivamente com efeitos retroativos, do benefício consubstanciado na isenção de IMI dos imóveis sitos na Rua Álvaro de Castelões, com os artigos matriciais 14842, 14843 e 14844.

Em face das céleres e assertivas medidas adotadas, o processo vindo de aludir acabou por ter um desfecho favorável à Lutuosa, nomeadamente com a revogação do projeto de retirada do benefício em apreço (isenção de IMI).

III - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Como habitualmente, procurou-se, em paralelo com a busca das melhores taxas de juro do mercado para depósitos a prazo, garantir também uma diversificação das instituições financeiras com as quais a Lutuosa trabalha, de forma a evitar uma excessiva exposição da associação a apenas um banco - nomeadamente tendo em conta a instabilidade do sistema financeiro (que ainda merece particular atenção).

Para além da diversificação das instituições, a Direção procurou diversificar também a própria natureza das aplicações financeiras, sem descurar a prudência que – no que toca à avaliação de riscos – se exige.

IV - PROCESSOS INSPETIVOS

Decorreu na Lutuosa, durante o ano de 2019, uma inspeção tributária desencadeada pela Direção de Finanças do Porto, cujo relatório já é conhecido e está disponível para consulta por qualquer associado. O dito relatório acabou por corroborar, no fundo, as boas práticas, em termos fiscais, pela quais a instituição se vem pautando.

Foi igualmente iniciada e concluída uma inspeção por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, cujo relatório ainda não foi emanado. Todavia, não se perspetiva, face à forma transparente como a mesma decorreu, que venha a ser apontada qualquer falha relevante no cumprimento das normas legais, estatutária ou regulamentares que regem a vida da instituição.

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]



V – RECURSOS HUMANOS

Manteve-se a aposta na formação contínua dos trabalhadores, a qual se revela essencial ao desenvolvimento profissional dos mesmos e à garantia de sucesso dos projetos futuros da associação.

Procedeu-se à redefinição de funções de diversos trabalhadores da Lutuosa, à celebração dos contratos tidos por convenientes à garantia do bom funcionamento da instituição, e, bem assim, à eliminação das situações de precariedade laboral que ainda existiam.

Foram revistos, também, vários contratos de prestação de serviços, não só de forma a garantir que a Lutuosa pode contar com os colaboradores mais qualificados, mas, também, de molde a assegurar a adequação dos custos ao orçamento definido para a contratação de serviços externos.

VI – VERTENTE INSTITUCIONAL

Enquanto associada da redeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades e da Liga das Associações Mutualistas do Porto, a Lutuosa participou em várias assembleias gerais e noutras iniciativas organizadas pelas referidas instituições, mais tendo acompanhado, atentamente, a forma como as mesmas vêm sendo geridas.

VII – VERTENTE SOCIAL

Além de continuar a praticar, nos seus imóveis, rendas muito abaixo dos valores de mercado (também com o objetivo de ajudar os respetivos arrendatários/associados), foi ainda mantido um programa de apoio à aquisição de medicamentos – devidamente regulamentado – para acorrer a situações de comprovada carência económica de associados.

Mantendo-se a Lutuosa como associada da Liga das Associações Mutualistas do Porto, continuaram os seus associados a poder beneficiar de condições extremamente vantajosas numa panóplia de serviços médicos por esta disponibilizados; de descontos significativos na aquisição de medicamentos, e, bem assim, no recurso de consultas ao domicílio, nomeadamente através do SMP – Serviço Médico Permanente.

el.

B
R
A
S



Adicionalmente, a Lutuosa, através da *Ótica Mutualista* que gere, continuou a levar a cabo promoções e a disponibilizar descontos aos seus associados, permitindo-lhes, dessa forma, adquirir material ótico a preços inferiores à média do mercado.

VIII – RESULTADOS FINANCEIROS

A Lutuosa obteve, em 2019, o melhor resultado líquido de toda a sua história: € **112.377,44**.

Foi possível alcançar um resultado positivo tanto na sede (€ 95.757,85) como na *Ótica Mutualista* (€ 16.619,59).

Para o referido resultado contribuíram, essencialmente, os seguintes fatores:

- O saldo muito positivo das negociações levadas a cabo com os inquilinos da Lutuosa com vista à revisão do valor das rendas mensais contratualizadas;
- O esforço de contenção e redução de custos fixos;
- A melhoria das margens na *Ótica Mutualista*;
- A ligeira melhoria da *performance* ao nível dos rendimentos de capitais.

Assim, é opinião deste Conselho de Administração, consubstanciada no conteúdo do próprio relatório atuarial, que a instituição se encontra, do ponto de vista económico e financeiro, numa situação extraordinariamente sólida.

Dito isto, o Conselho de Administração d' A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista propõe aos Exmos. associados que o Fundo Disponível / Resultado Líquido do Exercício de 2019, positivo no montante de € 112.377,44, seja aplicado da seguinte forma:

- Do resultado líquido da atividade ótica, no valor de € 16.619,59, € 4.893,74 em *Resultados Transitados* para cobertura de prejuízos de exercícios anteriores e o remanescente de € 11.725,85 em *Reserva Especial da Atividade da Ótica*; e
- O Fundo Disponível das Modalidades, no valor de € 95.757,85, aplicado em conformidade com o disposto nos artigos 32º e 33º dos Estatutos da associação.



A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M.

Avenida dos Aliados, n.º 164, R/C

IPSS * NIPC: 500 835 195

Para terminar, o Conselho de Administração quer agradecer a todos os que, durante o ano de 2019, contribuíram, com o seu esforço e dedicação, para a concretização das iniciativas e dos projetos promovidos pela Lutuosa.

Porto, 26 de fevereiro de 2020

O Conselho de Administração,

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa e Sousa (Arq^a.)

Álvaro Afonso Soares Vieira (Dr.)

Ana Isabel Pimentel de Castro (Dra.)

**A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M**

Avenida dos Aliados, 164

IPSS * NIPC: 500 835 195

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Notas	31-dez-19	31-dez-18
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	4	13.684.856,79	6.129.295,71
Investimentos financeiros	11.1	87.930,57	15.848,37
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	7.639,44	10.751,91
Sub-total		13.780.426,80	6.155.895,99
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	5	85.033,74	89.573,26
Créditos a receber	11.3	28.881,03	27.113,01
Estado e outros entes públicos	11.7	1.208,26	19.825,08
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	10.990,47	9.509,33
Outros ativos correntes	11.8	34.191,21	15.122,20
Diferimentos	11.4	10.119,76	8.963,31
Caixa e depósitos bancários	11.5	2.086.627,12	1.886.932,81
Sub-total		2.257.051,59	2.057.039,00
Total do Activo		16.037.478,39	8.212.934,99
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos			
Fundos Permanentes	11.10	2.410.121,28	2.421.727,33
Fundo de Administração	11.10	294.472,66	302.247,99
Fundo Reserva Geral	11.10	1.592.441,54	1.592.829,89
Excedentes técnicos	11.10	111.028,37	106.169,49
Reservas	11.10	3.652.936,29	39.504,25
Resultados transitados	11.10	(4.893,74)	-
Excedentes de revalorização	11.10	7.737.988,26	3.636.837,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11.10	51.056,75	53.269,43
Sub-total		15.845.151,41	8.152.585,38
Fundo Disponível			
Fundo Disponível / Resultado líquido do período		112.377,44	(20.660,81)
Total dos Fundos Patrimoniais		15.957.528,85	8.131.924,57
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Sub-total		-	-
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	11.6	15.100,93	9.150,24
Estado e outros entes públicos	11.7	8.254,76	11.181,23
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	1.776,01	3.803,32
Outros passivos correntes	11.9	23.104,83	26.635,18
Diferimentos	11.4	31.713,01	30.240,45
Sub-total		79.949,54	81.010,42
Total do Passivo		79.949,54	81.010,42
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		16.037.478,39	8.212.934,99

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

Álvaro Afonso Soares Vieira (Dr.)

Ana Isabel Pimentel de Castro (Dra.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	dez-19	dez-18
Vendas e serviços prestados	6	788.373,59	755.859,90
Custo das mercadorias vendidas	11.11	(146.636,69)	(174.757,90)
Fornecimentos e serviços externos	11.12	(155.767,91)	(159.280,86)
Gastos com o pessoal	9	(203.176,25)	(219.640,25)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11.3	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	7	-	-
Outras Imparidades (perdas / reversões)	11.1	-	-
Aumentos / reduções de justo valor		(325,18)	-
Outros rendimentos	6 e 11.14	16.987,93	15.884,56
Outros gastos	11.13	(33.141,50)	(78.032,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		266.313,99	140.033,06
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(172.206,92)	(175.411,96)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		94.107,07	(35.378,90)
Juros e rendimentos similares obtidos	6 e 11.15	19.359,51	14.728,24
Juros e gastos similares suportados	11.15	(5,33)	(10,15)
Resultado antes de impostos		113.461,25	(20.660,81)
Imposto sobre o rendimento do período	8	(1.083,81)	-
Fundo Disponível / Resultado líquido do período		112.377,44	(20.660,81)

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)
Natália Maria Silva Carneiro
Filipe Miguel Ferreira Martins
Ana Sofia Teixeira Mesquita Abruñhosa Sousa (Arq.)
Álvaro Afonso Soares Vieira (Dr.)
Ana Isabel Pimentel de Castro (Dra.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho
C.C. nº 80.235



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DAS MODALIDADES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Notas	Modalidades										Fundo de Administração	dez-19	dez-18
	32%	1%	18%	19%	0%	6%	4%	20%	Fundo de Administração				
RENDIMENTOS E GASTOS	Sub. Morte Planos Const.	Sub. Morte Planos Cresc.	Sub. Prazo Planos Const.	Sub. Prazo Planos Cresc.	Sub. Prazo Pagto. Ant.	Capital Popular	Idade Sénior						
Vendas e serviços prestados													
Quotizações	33.088,29	439,09	19.246,52	21.871,08	-	5.396,80	3.989,80	16.364,65	100.386,23	90.565,19			
Jóias	567,50	-	22,50	7,50	-	7,50	137,50	297,00	1.039,50	1.065,50			
Rendas de Imóveis	119.110,15	3.722,19	66.999,46	70.721,65	-	22.333,15	14.888,77	74.443,84	372.219,21	342.566,67			
Prestações de serviços clínicos	134,40	4,20	75,60	79,80	-	25,20	16,80	84,00	420,00	1.070,00			
Resultado Bruto	152.900,34	4.165,48	86.344,08	92.680,03	-	27.762,65	19.032,87	91.189,49	474.074,94	435.257,36			
Outros Rendimentos	2.025,45	63,30	1.139,32	1.202,61	-	379,77	253,18	1.265,91	6.329,54	3.932,55			
Gastos Distribuição													
Gastos administrativos	(69.829,70)	(1.694,34)	(39.279,20)	(41.461,38)	-	(12.097,39)	(6.737,36)	(47.128,42)	(218.217,80)	(236.430,85)			
Fornecimentos e serviços externos	(31.861,61)	(497,84)	(17.922,16)	(18.917,83)	-	(4.978,38)	(1.991,35)	(23.398,37)	(99.567,54)	(101.250,67)			
Gastos com o pessoal	(37.968,08)	(1.196,50)	(21.357,05)	(22.543,55)	-	(7.119,02)	(4.746,01)	(23.730,05)	(118.650,26)	(135.180,18)			
Gastos de investigação e desenvolvimento													
Outros gastos	(59.341,30)	(1.854,42)	(33.379,48)	(35.233,89)	-	(11.126,49)	(7.417,66)	(37.413,49)	(185.766,73)	(229.107,52)			
Provisões (Aumentos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Imparidade de dívidas a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Outras imparidades (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Aumentos / reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-	-	(325,18)	(325,18)	(325,18)			
Outros gastos	(10.121,71)	(316,30)	(5.693,46)	(6.009,76)	-	(1.897,82)	(1.265,21)	(6.326,07)	(31.630,34)	(75.394,31)			
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(49.219,59)	(1.538,11)	(27.686,02)	(29.224,13)	-	(9.228,67)	(6.152,45)	(30.762,24)	(153.811,21)	(153.713,21)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	25.754,80	690,02	14.824,71	17.187,37	-	4.918,54	5.131,03	7.913,49	76.419,95	(26.348,46)			
Gastos de Financiamento (Líquidos)	6.188,13	193,38	3.480,82	3.674,20	-	1.160,27	773,52	3.867,58	19.337,90	14.689,62			
Resultado Antes de Impostos	31.942,93	883,40	18.305,53	20.861,57	-	6.078,81	5.904,54	11.781,07	95.757,85	(11.658,84)			
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Fundo Disponível	31.942,93	883,40	18.305,53	20.861,57	-	6.078,81	5.904,54	11.781,07	95.757,85	(11.658,84)			

(Handwritten signatures and initials)



A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M

Avenida dos Aliados, 164

IPSS * NIPC: 500 835 195

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DA ATIVIDADE ÓPTICA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	
	dez-19	dez-18
Vendas e serviços prestados		
Vendas	314.298,65	320.602,54
Custo mercadorias vendidas	(146.636,69)	(174.757,90)
Resultado Bruto	167.661,96	145.844,64
Outros Rendimentos	10.674,67	11.980,48
Gastos Distribuição		
Gastos administrativos	(140.726,36)	(142.490,26)
Fornecimentos e serviços externos	(56.200,37)	(58.030,19)
Gastos com o pessoal	(84.525,99)	(84.460,07)
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	(19.906,87)	(24.336,83)
Provisões (Aumentos)	-	-
Outras Imparidades (perdas / reversões)	-	-
Outros gastos	(1.511,16)	(2.638,08)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(18.395,71)	(21.698,75)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	17.703,40	(9.001,97)
Gastos de Financiamento (Líquidos)	-	-
Resultado Antes de Impostos	17.703,40	(9.001,97)
Imposto sobre o rendimento do período	(1.083,81)	-
Resultado Líquido do Exercício	16.619,59	(9.001,97)

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

Álvaro Afonso Soares Vieira (Dr.)

Ana Isabel Pimentel de Castro (Dra.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	31-dez-19	31-dez-18
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	785.060,80	829.177,63
Pagamentos de subsídios	(25.937,80)	(47.879,32)
Pagamentos a fornecedores	(461.283,52)	(400.203,37)
Pagamentos ao pessoal	(132.739,33)	(220.008,61)
Caixa gerada pelas operações	165.100,15	161.086,33
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimentos	-	(385,10)
Outros recebimentos / pagamentos	98.811,42	(37.460,92)
Fluxos das actividades operacionais [1]	263.911,57	123.240,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(11.164,06)	(160.507,34)
Investimentos financeiros	(72.407,38)	(1.360,63)
Outros activos	-	(83.571,44)
		(161.867,97)
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	-
Juros e rendimentos similares	19.359,51	14.728,24
Outros activos	19.359,51	-
		14.728,24
Fluxos das actividades de investimento [2]	(64.211,93)	(147.139,73)
Fundo Disponível		
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Redução de fundos	-	-
Outras operações de financiamento	(5,33)	(10,15)
	(5,33)	(10,15)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(5,33)	(10,15)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	199.694,31	(23.909,57)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.886.932,81	1.910.842,38
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	2.086.627,12	1.886.932,81

A Direção

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)

Álvaro Afonso Soares Vieira (Dr.)

Ana Isabel Pimentel de Castro (Dra.)

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho

C.C. nº 80.235



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista, fundada em 1 de julho de 1927, com sede na Avenida dos Aliados, nº. 164, no Porto, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, NIPC 500 835 195, que se encontra registada na Direção Geral da Solidariedade Social, sob o número 30/81, regendo-se pelos diplomas legais aplicáveis, pelos seus Estatutos e pelo Regulamento de Benefícios em vigor.

A Lutuosa de Portugal é uma Associação Mutualista, com número ilimitado de Associados, capital indeterminado e duração indefinida, que através da quotização dos seus Associados, pratica em benefício destes, seu agregado familiar e seus beneficiários, modalidades de auxílio, nos termos legalmente permitidos, podendo estender a sua atuação a todo o território nacional.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Lutuosa de Portugal – A.M. foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2016, a Associação procedeu à reclassificação contabilística do montante relevado em Propriedades de Investimento à data de 31.12.2015, cujo valor ascendia a € 5.275.615,06, dando cumprimento ao disposto nos normativos acima mencionados.

Foi também efetuada, em 2016, uma reclassificação meramente qualitativa nos Fundos Patrimoniais, tal como descrita nas notas 7 e 11.10.



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Lutuosa de Portugal na elaboração das Demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Lutuosa de Portugal continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras ativos correntes / Outros passivos correntes” ou “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4 Materialidade e Agregação

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

d.
A
A
A
A



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Associação tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As amortizações foram calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros activos tangíveis	4 a 10

Os edifícios estão valorizados ao justo valor. Em 2019, foi efetuado uma nova avaliação tendo sido atualizado o valor dos mesmos. O efeito líquido da atualização é de: 7.718.691,53€

Os terrenos e recursos naturais, adquiridos após 31/12/2008, estão escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por peritos profissionalmente qualificados e independentes.

As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data de balanço.

As Propriedade de Investimento foram aqui registadas em cumprimento com a NCRF-ESNL, conforme Aviso nº 8259/2015, de 29 de Julho.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

3.2.3. Ativos Intangíveis

Não existem “Ativos Intangíveis” registados

3.2.4. Investimentos Financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da Lutuosa de Portugal no Capital Social da Liga das Associações Mutualistas do Porto, no montante de € 1.246,99. Igualmente, encontram-se registadas Participações de Capital na Lusitânia – Companhia de Seguros, no montante de € 10.213,75, Outros Investimentos Financeiros detidos até à maturidade, no montante de € 5.560,20, Investimentos no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de € 1.226,82 e Outros Fundos, no montante de € 69.682,81.

3.2.5. Inventários

O “Inventário” está registado ao custo médio ponderado.

3.2.6. Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui o montante disponível em 31/12/2019, em caixa e depósitos bancários à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” para assim retratar o valor realizável líquido.

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados que se encontram com saldo no final do período estão registadas no ativo pela quantia realizável.

Fornecedores, Empréstimos e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Financiamentos obtidos” e “Outras passivas correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelos Fundos Permanentes das modalidades de benefícios que implicam a existência de reservas matemáticas, pelo Fundo de Reserva Geral, pelo Fundo de Administração, pelos Excedentes Técnicos das modalidades de benefícios cuja Assembleia Geral deliberou, em tempo, a atribuição de melhorias, pelos Resultados Transitados relativos aos resultados líquidos negativos do estabelecimento/atividade “Óptica Mutualista”, pelos Excedentes de Revalorização e por Outras Variações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais encontram-se constituídos em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

Handwritten signature

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro de 2020, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro de 2019. E também está incluído nesta rubrica o valor dos Reembolsos de IVA, solicitados ao Estado.

Handwritten initials

Handwritten initials

Handwritten initials

Handwritten initials

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Não existem “Empréstimos Obtidos” registados.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Associação.

3.4. Principais fontes de incertezas das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5. Adoção na NCRF-ESNL, revista em 2015

Em 2016, a Associação procedeu à reclassificação contabilística do montante relevado em Propriedades de Investimento à data de 31.12.2015, cujo valor ascendia a € 5.275.615,06, dando cumprimento ao disposto nos normativos mencionados na nota 2.



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2019					
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições	Abates	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-19
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos	1.715.466,31				4.638.248,59	6.353.714,90
Edifícios e outras construções	5.118.733,79			1.805.699,63	5.497.545,56	12.421.978,98
Equipamento básico	165.257,71					165.257,71
Equipamento administrativo	135.674,31	2.977,69				138.652,00
Outros activos fixos	1.880.014,45	6.037,78		(1.805.699,63)		80.352,60
Ativos fixos tangíveis em curso						
Edifícios e outras construções	9.358,00	61,00				9.419,00
Total	9.024.504,57	9.076,47	-	-	10.135.794,15	19.169.375,19
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos	-					-
Edifícios e outras construções	2.027.289,76	69.493,12		650.110,32	2.417.102,62	5.163.995,82
Equipamento básico	148.665,16	9.328,87		(7,06)		157.986,97
Equipamento administrativo	120.714,84	7.138,60		(231,04)		127.622,40
Outros ativos fixos	598.539,10	86.419,45		(650.045,34)		34.913,21
Total	2.895.208,86	172.380,04	-	(173,12)	2.417.102,62	5.484.518,40
	6.129.295,71					13.684.856,79



	2018				Saldo em 31-Dez-18
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições	Abates	Transferências	
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos	1.715.466,31				1.715.466,31
Edifícios e outras construções	5.118.733,79				5.118.733,79
Equipamento básico	165.257,71				165.257,71
Equipamento administrativo	126.307,03	9.367,28			135.674,31
Outros activos fixos	1.485.059,88	394.954,57			1.880.014,45
Ativos fixos tangíveis em curso					
Edifícios e outras construções	265.147,20	(255.789,20)			9.358,00
Total	8.875.971,92	148.532,65	-	-	9.024.504,57
Depreciações Acumuladas					
Terrenos e recursos	-				-
Edifícios e outras construções	1.976.269,70	51.020,06			2.027.289,76
Equipamento básico	136.872,91	11.792,25			148.665,16
Equipamento administrativo	113.513,96	7.200,88			120.714,84
Outros ativos fixos	493.331,00	105.208,10			598.539,10
Total	2.719.987,57	175.221,29	-	-	2.895.208,86
	6.155.984,35				6.129.295,71

5. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	2019	2018
Mercadorias	85.033,74	89.573,26

Está contabilizado nesta rubrica o inventário da Optica.



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

6. RÉDITO

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Vendas e Serviços Prestados – Esta rubrica diz respeito às vendas da Óptica, a Joias, Cartões e Quotizações de Associados, Rendas de Imóveis e Receitas com a Prestação de Serviços Clínicos.

Outros Rendimentos e ganhos – Esta rubrica engloba participações de inquilinos em obras, descontos de pronto pagamento obtidos, reembolsos de sinistros, outras correções de exercícios anteriores.

Juros e rendimentos similares – reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

O “Rédito” reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	2019	2018
Vendas e Prestações de Serviços	788.373,59	755.859,90
Outros Rendimentos e ganhos	16.487,93	15.884,56
Juros e rendimentos similares	19.359,51	14.728,24
	<u>824.221,03</u>	<u>786.472,70</u>

7. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 51.º do Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março, as Associações Mutualistas devem organizar um Balanço Técnico com vista a apurar o montante das suas responsabilidades futuras para com os Associados.

Deste modo, sempre que uma Mutualidade prossiga modalidades de benefícios que, designadamente, impliquem a atribuição/pagamento futuro de benefícios pecuniários (vg. subsídios por morte, capitais a prazo, etc.), está a mesma obrigada a, periodicamente, calcular o valor atuarial dessas suas responsabilidades.

O valor atuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados em determinada modalidade de benefícios **é designado por Reserva Matemática**.

Nos termos previstos no artigo 46.º do CAM, em relação a cada modalidade de benefícios que implique a existência de reservas matemáticas, deve ser constituído um **Fundo Permanente destinado a garantir a Reserva Matemática dessa modalidade**. Este Fundo Permanente não deve ser inferior ao valor das reservas matemáticas (artigo 46.º, n.º 1).

Neste mesmo sentido, vai o disposto no artigo 30.º dos Estatutos de A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista.



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.
Avenida dos Aliados, 164

Em conclusão, as responsabilidades (futuras) assumidas pela Associação perante os seus Associados, isto é, as Reservas Matemáticas de cada modalidade de benefícios, são reconhecidas, por força do disposto no CAM e nos Estatutos, na conta de Fundos Patrimoniais, concretamente na conta de Fundos Permanentes. (1)

e.

Por outro lado, nos termos das notas 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL, constante do Aviso n.º 8259/2015, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 146 de 29 de julho de 2015, as **Provisões só devem ser reconhecidas**, entre outros, quando a Associação tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultado de um acontecimento passado e seja provável um exfluxo de recursos para liquidar tal obrigação. Nos termos da nota 13.6 um acontecimento passado só conduz a uma obrigação presente quando a entidade não tenha nenhuma alternativa senão liquidar a obrigação por esta criada, caso que só se verifica quando tal liquidação seja, ou possa ser, imposta legalmente.

Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios sejam superiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, **verifica-se a ocorrência de excedentes técnicos**. Nos termos do artigo 53.º do CAM (e artigo 35.º e 36.º dos Estatutos), pode tal excesso ser destinado, total ou parcialmente, à melhoria dos benefícios e/ou à redução das quotas.

Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios forem inferiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, **verifica-se a ocorrência de deficit técnico**, isto é, verifica-se a impossibilidade de concessão (atual ou futura) dos benefícios previstos aos Associados.

Ora, nos termos do artigo 20.º do CAM, nesta situação, **é obrigatória a alteração do Regulamento de Benefícios** com vista a reestabelecer o necessário equilíbrio técnico-financeiro daquela(s) modalidade(s).

Em conclusão, os deficits técnicos de uma modalidade de benefícios em caso algum podem ser conhecidos como provisões já que (2):

- nos termos do artigo 20.º do CAM, a Associação não só não está obrigada legalmente ao cumprimento daquela obrigação como, ao invés, está obrigada a rever o respetivo Regulamento de Benefícios precisamente para que, com a reposição do equilíbrio financeiro, tal deficit seja eliminado. Na prática, trata-se de ajustar os benefícios a atribuir no futuro (e/ou os montantes das quotizações) ao valor disponível nos Fundos Permanentes.
- decorrente da disposição anterior, não se verificam os pressupostos obrigatórios determinados pela NCRF-ESNL (e, de resto, pela NCRF n.º 21), para o reconhecimento dos deficits técnicos como provisões.

Em face das conclusões (1) e (2), **o valor das reservas matemáticas** de modalidades de benefícios, isto é o valor atuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados, **são sempre reconhecidos nos Fundos Patrimoniais**, concretamente nos **Fundos Permanentes** de cada modalidade (artigo 51.º do CAM), não devendo estes fundos serem inferiores aquelas reservas. Em caso de deficit técnico, este não pode ser reconhecido como provisão por incumprimento das condições determinantes da nota 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL.

Em face do exposto os montantes constantes na conta de provisões específicas foram integralmente transferidos para as correspondentes contas de Fundos Permanentes, no exercício de 2016.

A título de mera nota de rodapé importa referir que se assim não fosse – isto é se se reconhecesse o valor das reservas matemáticas quer nos fundos permanentes quer nas contas de provisões específicas – estar-se-ia a duplicar a garantia do cumprimento das responsabilidades futuras da Associação, já que as mesmas estariam reconhecidas em duplicado. Caso, por absurdo, isto acontecesse e o montante dos Fundos Permanentes e das provisões específicas fossem, pelo menos, iguais ao valor da reserva matemática, isto significaria que a Associação já tinha



IPSS * NIPC: 500 835 195

garantido, em dobro, o valor das suas responsabilidades futuras e, como tal, ou as quotas ou os benefícios, ou ambos, estavam desajustados em claro prejuízo dos Associados.

Como se constata da Nota 11.10 o valor dos Fundos Permanentes de cada modalidade de benefícios (destinados a garantir as responsabilidades futuras da Associação perante os seus Associados) excede largamente, em todas as modalidades, o montante atuarial das respetivas reservas.

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O “Imposto sobre o Rendimento” reconhecido em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	2019	2018
Imposto sobre o rendimento	1.083,81	0,00

O montante acima diz respeito ao IRC estimado, a pagar pela Associação, relativamente à atividade da Óptica.

9. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição em 2019 e 2018 foi de 8 e 9 funcionários, respetivamente. Durante o ano de 2019 não houve alteração à titularidade dos Órgãos Sociais da Lutuosa de Portugal. Os titulares dos Órgãos Associativos foram remunerados por senha de presença às reuniões.

Os gastos que a Lutuosa de Portugal incorreu com os Órgãos Sociais e os funcionários foram os seguintes:

	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	16.000,00	15.300,00
Remunerações ao Pessoal	150.870,27	164.754,60
Encargos sobre as remunerações	33.671,21	36.633,60
Outros gastos com Pessoal	2.634,77	2.952,05
	203.176,25	219.640,25



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e perante a Segurança Social tem a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 a Instituição detinha as seguintes “Investimentos Financeiros”:

	2019				Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Outros	
Investimentos em associadas					
Liga das Associações	1.246,99		-		1.246,99
Investimentos noutras empresas					
Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.	1.888,75		-		1.888,75
Lusitânia Vida - Comp. de Seguros, S.A.	8.325,00		-		8.325,00
Outros investimentos financeiros					
Obrigações FCP 2018 - 2021	1.018,00			(12,80)	1.005,20
Obrigações Mota-Engil 2018 - 2022	2.009,00			21,00	2.030,00
Obrigações Benfica SAD 2019 - 2022		2.525,00		-	2.525,00
FCT	1.360,63	492,77	637,85	11,27	1.226,82
Fundo Investimento Valor Prime		19.992,54		279,83	20.272,37
Fundo Pimco GIS Income		50.059,92		(649,48)	49.410,44
	15.848,37	73.070,23	637,85	(350,18)	87.930,57



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL - A.M.

Avenida dos Aliados, 164

11.2. Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

A rubrica “Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

	2019			2018		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido
ATIVO						
ATIVO NÃO CORRENTE						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	7.639,44	-	7.639,44	10.751,91	-	10.751,91
ATIVO NÃO CORRENTE						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	10.990,47	-	10.990,47	9.509,33	-	9.509,33
	<u>18.629,91</u>	<u>-</u>	<u>18.629,91</u>	<u>20.261,24</u>	<u>-</u>	<u>20.261,24</u>
PASSIVO						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	1.776,01		1.776,01	3.803,32		3.803,32
	<u>1.776,01</u>	<u>-</u>	<u>1.776,01</u>	<u>3.803,32</u>	<u>-</u>	<u>3.803,32</u>

11.3. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição de saldos:

	2019			2018		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido
ATIVO						
Créditos a receber						
Clientes e Utentes c/c	26.373,29		26.373,29	25.687,83		25.687,83
Rendas de Imóveis	3.387,22	879,48	2.507,74	2.304,66	879,48	1.425,18
	<u>29.760,51</u>	<u>879,48</u>	<u>28.881,03</u>	<u>27.992,49</u>	<u>879,48</u>	<u>27.113,01</u>



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

11.4. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
ATIVO CORRENTE				
DIFERIMENTOS				
<u>Gastos a reconhecer</u>				
Contratos de Assistência	1.511,44		1.627,12	
Seguros	5.708,32		4.204,84	
Renda Optica	2.900,00		2.780,80	
Outros	0,00		350,55	
PASSIVO CORRENTE				
DIFERIMENTOS				
<u>Rendimentos a reconhecer</u>				
Rendas antecipadas		31.713,01		30.240,45
	<u>10.119,76</u>	<u>31.713,01</u>	<u>8.963,31</u>	<u>30.240,45</u>

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

	2019	2018
Caixa	1.912,41	1.359,59
Depósitos à ordem	79.714,71	70.573,22
Depósitos a prazo	2.005.000,00	1.815.000,00
	<u>2.086.627,12</u>	<u>1.886.932,81</u>

11.6. Fornecedores

A rubrica “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

	2019	2018
Fornecedores c/c	15.100,93	9150,24
	<u>15.100,93</u>	<u>9.150,24</u>



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

11.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		1.083,81		0,00
Imposto sobre valor acrescentado	1.208,26	1.227,72	19.825,08	5.075,95
Restantes impostos	0,00	2.254,00	0,00	2.327,95
Contribuições para Seg. Social		3.640,48		3.730,32
FCT/FGCT		48,75		47,01
	<u>1.208,62</u>	<u>8.254,76</u>	<u>19.825,08</u>	<u>11.181,23</u>

11.8. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

	2019	2018
Fornecedores	596,50	1.438,50
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	12.270,68	7.745,35
Quotas a receber	0,00	0,00
Rappel	14.292,52	5.938,35
Outros	6.991,37	0,00
Devedores diversos	40,14	0,00
	<u>34.191,21</u>	<u>15.122,20</u>

11.9. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

	2019	2018
Remunerações a liquidar	21.718,04	22.835,85
Outros credores por acréscimos gastos	1.386,79	3.205,15
Credores diversos	0,00	594,18
	<u>23.104,83</u>	<u>26.635,18</u>



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

11.10. Fundos Patrimoniais

Em 2016, foi efetuada uma reclassificação meramente qualitativa tendo em vista agrupar nas correspondentes contas de Fundos Permanentes, Fundo de Reserva Geral e Fundo de Administração as verbas reconhecidas nas contas de provisões específicas (vide Nota 7), de Reservas e de Resultados Transitados e Excedentes Técnicos, adequando o reconhecimento destas verbas ao disposto no Código das Associações Mutualistas e aos Estatutos desta Associação.

Em 2018, esta rubrica variou da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2017	Aumentos / Transferências	Diminuições / Transferências	Saldo em 31-12-2018
Fundos Permanentes	2.408.471,17	13.256,16	0,00	2.421.727,33
Subsídio Morte - Plano Constante	1.604.110,63	4.323,12		1.608.433,75
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.546,76	151,57		80.698,33
Subsídio Prazo - Plano Constante	240.251,14	3.358,52		243.609,66
Subsídio Prazo - Plano Crescente	249.348,51	803,65		250.152,16
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados	18.348,30	224,86		18.573,16
Capital Popular	212.802,22	1.385,27		214.187,49
Idade Sénior	3.063,61	3.009,17		6.072,78
Fundo Administração	309.457,18		7.209,19	302.247,99
Fundo Reserva Geral	1.591.862,18	967,71		1.592.829,89
Excedentes Técnicos	118.322,87		12.153,38	106.169,49
Reservas	0,00	39.504,25		39.504,25
Resultados Transitados	-872,82	872,82		0,00
Excedentes de Revalorização	3.672.233,02		35.396,02	3.636.837,00
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	55.482,11		2.212,68	53.269,43
Resultado Líquido Exercício	7.448,91	-28.109,72		-20.660,81
	8.162.404,62	26.491,22	56.971,27	8.131.924,57
Provisões Matemáticas	0,00		0,00	0,00
	8.162.404,62	26.491,22	56.971,27	8.131.924,57



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

Em 2019, esta rubrica variou da seguinte forma:

	Saldo em 31-12-2018	Aumentos / Transferências	Diminuições / Transferências	Saldo em 31-12-2019
Fundos Permanentes	2.415.654,55	-12.992,08	0,00	2.410.121,28
Subsídio Morte - Plano Constante	1.608.433,75	-11.016,89		1.597.416,86
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.698,33	-77,76		80.620,57
Subsídio Prazo - Plano Constante	243.609,66	-1.119,43		242.490,23
Subsídio Prazo - Plano Crescente	250.152,16	-906,74		249.245,42
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados	18.573,16	0,00		18.573,16
Capital Popular	214.187,49	128,74		214.316,23
Idade Sénior	6.072,78	1.386,03		7.458,81
Fundo Administração	302.247,99		7.775,33	294.472,66
Fundo Reserva Geral	1.592.829,89	-388,35		1.592.441,54
Excedentes Técnicos	106.169,49		-4.858,88	111.028,37
Reservas	39.504,25			3.652.936,29
Resultados Transitados	0,00	-4.893,74		-4.893,74
Excedentes de Revalorização	3.636.837,00		-4.101.151,26	7.737.988,26
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	53.269,43		2.212,68	51.056,75
Resultado Líquido Exercício	-20.660,81	133.038,25		112.377,44
	8.131.924,57	114.764,08	-4.096.022,13	15.957.528,85
Provisões Matemáticas	0,00		0,00	0,00
	8.131.924,57	114.764,08	-4.096.022,13	15.957.528,85

A Associação solicita anualmente a realização do cálculo das reservas matemáticas para cada uma das modalidades de benefícios às mesmas sujeitas. Em anexo encontra-se o relatório atuarial à data de 31 de dezembro de 2019, preparado pelo Atuário Dr. Nuno Rodrigues.

O quadro seguinte confronta o montante de reservas matemáticas actuarialmente calculadas para cada modalidade de benefícios e os respetivos Fundos Permanentes.

Como se colhe, os Fundos Permanentes de todas as modalidades de benefícios são superiores ao valor da reserva matemática calculada para cada a 31 de dezembro de 2019.

Modalidades de Benefícios	Fundo Permanente	Reserva Matemática	Excedente
Subsídio Morte - Plano Constante	1.597.416,86	372.060,11	1.225.356,75
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.620,57	7.888,82	72.731,75
Subsídio Prazo - Plano Constante	242.490,23	143.334,17	99.156,06
Subsídio Prazo - Plano Crescente	249.245,42	107.460,96	141.784,46
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados	18.573,16	2.181,32	16.391,84
Capital Popular	214.316,23	128.269,84	86.046,39
Idade Sénior	7.458,81	0,00	7.458,81
	2.410.121,28	761.195,22	1.648.926,06



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

Igualmente, verifica-se que o montante constante na rubrica de excedentes técnicos, por cada modalidade de benefícios, é o descrito no Relatório Atuarial.

Por último, importa referir que todo o ativo está afeto às modalidades de benefícios, evidenciando-se no quadro seguinte o grau de cobertura dos ativos nas reservas matemáticas actuarialmente calculadas e o grau de cobertura do ativo nos fundos permanentes e de reserva geral.

Mapa de Cobertura de Ativos sobre Reservas e Fundos

Total do Ativo	16.037.478,39
Total do Passivo	79.949,54
Excedente líquido Ativo	15.957.528,85
Reservas atuariais (incluindo melhorias)	761.195,22
Grau cobertura Excedente líquido Ativo S/Reservas	2096,38%
Fundos Permanentes + Fundos de Reserva Geral	4.002.562,82
Grau cobertura Excedente líquido Ativo S/Fundos	398,68%

11.11 Custos das Vendas

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas apresentava os seguintes valores:

	2019	2018
Saldo inicial	89.573,26	77.292,93
Compras	142.097,17	187.038,23
Regularizações	0,00	0,00
Saldo final	85.033,74	89.573,26
Custo da Mercadoria Vendida	146.636,69	174.757,90



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

11.12. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados	8.522,98	12.117,87
Publicidade e propaganda	2.767,48	4.096,21
Vigilância e segurança	1.233,44	1.623,77
Honorários	33.920,18	38.152,44
Comissões	0,00	1.830,00
Conservação e reparação	31.342,18	21.818,12
Serviços bancários	3.540,30	3.613,95
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	936,91	1.944,98
Material de escritório	3.204,22	3.869,94
Outros (consultório)	43,68	104,72
Eletricidade	11.165,19	13.152,60
Água	1.712,77	1.822,70
Deslocações, estadas e transportes	2.597,47	4.596,11
Rendas e alugueres	36.452,00	34.985,00
Comunicação	5.713,21	6.142,88
Seguros	5.382,94	5.230,55
Contencioso e notariado	2.750,31	171,04
Despesas de representação	0,00	216,85
Limpeza, higiene e conforto	2.281,35	2.637,07
Outros	2.201,30	1.154,06
	<u>155.767,91</u>	<u>159.280,86</u>

11.13. Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Impostos	609,65	880,87
Dívidas incobráveis	0,00	2,28
Perdas em Inventários	208,00	866,93
Outros	5.733,30	27.726,19
Custos c/ apoios financeiros concedidos	26.590,55	48.556,12
	<u>33.141,50</u>	<u>78.032,39</u>



11.14. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Rendimentos suplementares	200,00	375,00
Descontos obtidos	2.668,27	4.021,57
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	27,00
Rendimentos e ganhos em invest. ñ financeiros	0,00	0,00
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	1.440,49	5.646,79
Excesso estimativa impostos	0,00	1,04
Imputação subsídios para investimento	2.212,68	2.212,68
Restituição de impostos	0,00	15,15
Multas e penalidades	1.320,00	0,00
Outros não especificados	8.306,49	3.585,33
Indemnização por falta de aviso	840,00	0,00
	<u>16.987,93</u>	<u>15.884,56</u>

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature at the bottom.

11.15. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas financiamento	<u>5,33</u>	<u>10,15</u>
	<u>5,33</u>	<u>10,15</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	<u>19.359,51</u>	<u>14.728,24</u>
	<u>19.359,51</u>	<u>14.728,24</u>



IPSS * NIPC: 500 835 195

A LUTUOSA DE PORTUGAL – A.M.

Avenida dos Aliados, 164

11.16. Movimento Associativo em 2019

Sócios existentes em 31 de dezembro de 2018		3217
Admitidos em 2019		
Efetivos	242	
Idade sénior	55	297
Readmitidos em 2019	14	14
A Deduzir em 2019		
Reduzidos	6	
Falecimentos	22	
Resgatados	3	
Pravos vencidos	3	
Eliminados	189	223
Sócios existentes em 31 de dezembro de 2019		3305

11.17. Acontecimentos após a data de balanço

Após o encerramento do período, e até à data do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de mudar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção da A Lutuosa de Portugal, em 26/02/2020.

O Contabilista Certificado

Mariana Coelho
C.C. 80.235

A Direção,

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)
Natália Maria Silva Carneiro
Filipe Miguel Ferreira Martins
Ana Sofia Teixeira Mesquita Abrunhosa Sousa (Arq.)
Álvaro Afonso Soares Vieira (Dr.)
Ana Isabel Pimentel de Castro (Dra.)



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estimados Associados,

De acordo com a alínea c) do n.º 9 do artigo 102.º dos Estatutos d' A Lutuosa de Portugal, A.M., vimos submeter à apreciação dos Senhores Associados, o nosso parecer, que emitimos com base no exame efetuado ao relatório e às contas de 2019, bem como em resultado do acompanhamento da atividade ao longo do período, nos termos das nossas competências.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e económica da Associação, o resultado das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do período e no exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

Este parecer tem como base as conclusões da atividade fiscalizadora, efetuada com a regularidade que achamos apropriada e necessária, validada através da verificação do registo contabilístico das transações mais significativas e da respetiva documentação de suporte, a partir de balancetes mensais e outra documentação apresentada regularmente a este Conselho Fiscal.

Verificamos a exatidão e conformidade das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2019, incluídas no relatório e contas de 2019 elaboradas pelo Conselho de Administração da Lutuosa.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Lutuosa em 31 de dezembro de 2019 e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos



geralmente aceites, tendo como referencial o regime de normalização contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Consequência do excelente resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2019, a situação económica e financeira da Instituição encontra-se cada vez mais consolidada, conforme está refletido no relatório e contas apresentado.

Relevamos ainda o exposto no Relatório Atuarial expressando que “a situação técnico-financeira da Mutualidade continua muito boa”, bem como no Relatório da Auditoria que não apresenta qualquer reserva ou ênfase para com as contas do ano em análise.

O Conselho Fiscal congratula-se pela excelente colaboração e qualidade da informação prestada a este Órgão, por todos os colaboradores da Instituição.

Perante o exposto, somos de **PARECER** que a Assembleia Geral,

1. Aprove o relatório e contas apresentadas pelo Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
2. Aprove a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação do resultado líquido apurado.

Porto, 27 de fevereiro de 2020

O CONSELHO FISCAL,

Isabel Alexandra Ferreira Grilo (Dra.)

Cátia Georgete Freitas Fonseca

Maria da Conceição Santos Lusquinhos de Sá

NUNO RODRIGUES

ACTUÁRIO

TEL. - FAX: 249 544 742

nrodrigues-actuário@sapo.pt

A LUTUOSA DE PORTUGAL

RELATÓRIO ATUARIAL

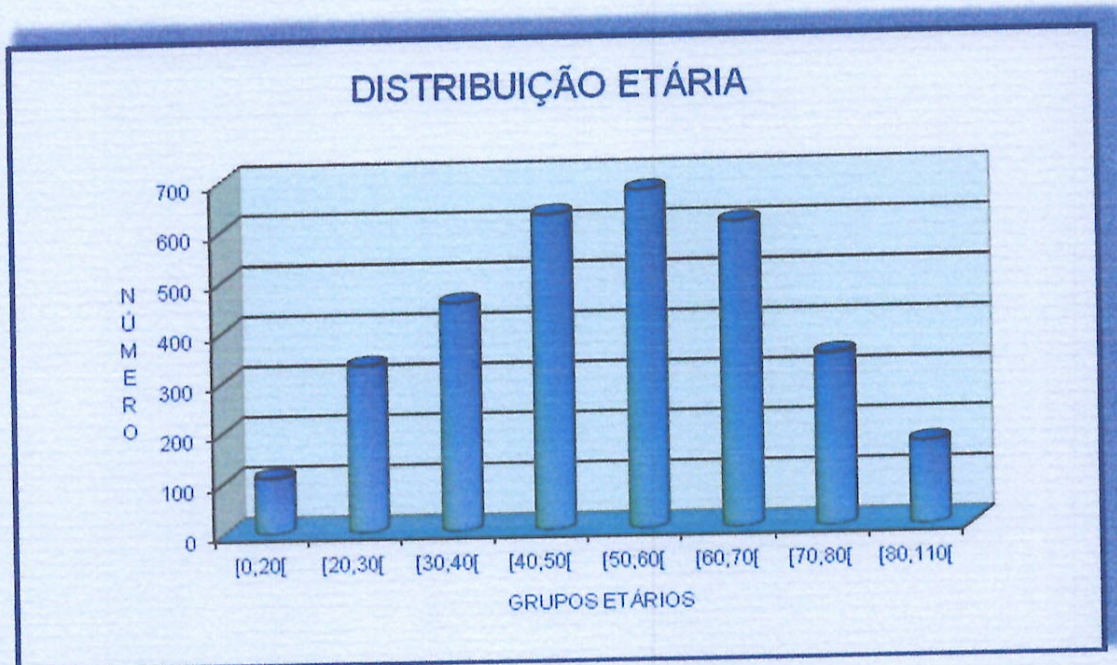
31 de dezembro de 2019

Na data de referência deste relatório, **A LUTUOSA DE PORTUGAL** tinha 3.305 associados com a seguinte distribuição etária:

Escalões etários	Nº. de associados
Menos de 20 anos	110
De 20 a 29 anos	331
De 30 a 39 anos	453
De 40 a 49 anos	626
De 50 a 59 anos	673
De 60 a 69 anos	607
De 70 a 79 anos	342
De 80 ou mais anos	163

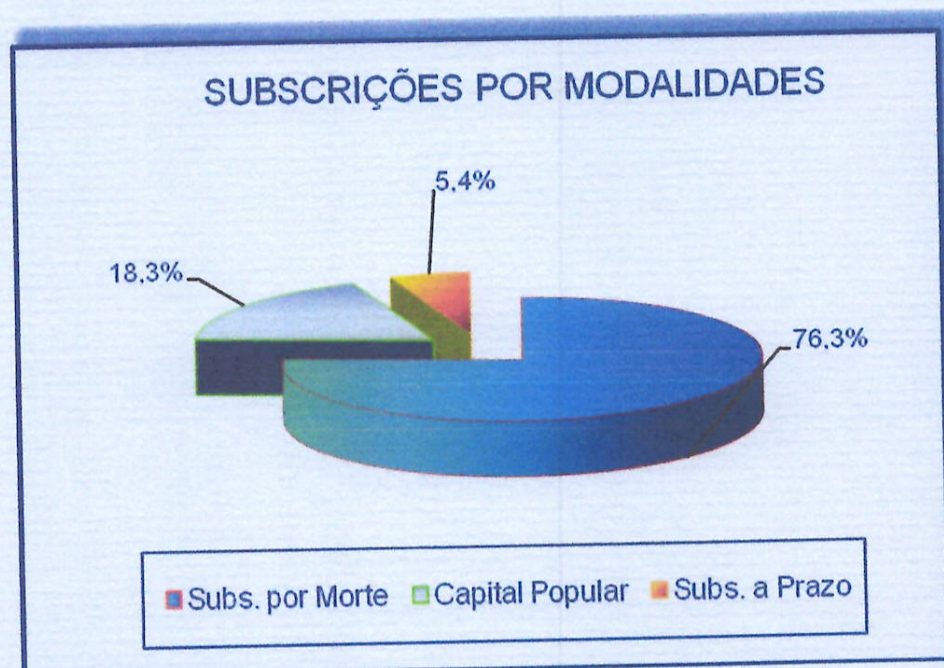
A idade média manteve-se nos 45 anos. O número de associados com menos de 40 anos é agora 894, representando 27% do total.

No gráfico que se segue podemos apreciar a distribuição etária, onde, tal como há um ano, se continua a notar a tendência para uma distribuição normal.



No restante relatório não se incluem os sócios de Idade Sénior, dado que não lhes corresponde nenhuma modalidade atuarial.

No gráfico seguinte podemos apreciar o peso relativo das subscrições. Mantém-se a predominância das subscrições em Subsídio por Morte.



NUNO RODRIGUES

ACTUÁRIO

TEL. - FAX: 249 544 742

nrodrigues-actuário@sapo.pt

Apresentam-se seguidamente os elementos estatísticos considerados mais relevantes. Os capitais e as quotas referem-se aos seus valores atuais, estando todas as grandezas financeiras expressas em euros.

PLANOS CONSTANTES E CRESCENTES							
Modalidades	Subscrições	Capitais subscritos	Melhorias distribuídas	Quotiz. mensal	Subscrição média	Melhoria média	Quota média
Sub. por Morte	2 531	2 269 644,19	185 779,11	2 970,16	896,74	73,40	1,17
Sub. a Prazo	181	513 606,25	1 918,41	3 611,68	2 837,60	10,60	19,95
Cap. Popular	606	402 363,20	18 954,48	448,30	663,97	31,28	0,74
Geral	3 318	3 185 613,64	206 652,00	7 030,14	960,10	62,28	2,12

Verifica-se um aumento do número de subscrições e do capital subscrito. O número de subscrições aumentou 11,5%, relativamente ao ano anterior.

As reservas matemáticas ascendem a **766 435,38 €**, valor superior ao registado há um ano, sendo assim parceladas:

Modalidades	Reservas matemáticas		
	Subscrições	Melhorias	Totais
Subsídio por Morte	310 740,29	99 200,38	409 940,67
Subsídio a Prazo	218 897,15	1 865,99	220 763,14
Capital Popular	125.769,57	9 962,00	135 731,57
Totais	655 407,01	111 028,37	766 435,38

Comparando as reservas matemáticas com os fundos existentes, foram determinadas as taxas de cobertura respetivas:

TAXAS DE COBERTURA					
Modalidades	Reservas matemáticas	Fundos permanentes	Reserva legal (*)	Taxas de cobertura	
				Sem res. leg.	C/ res. legal
Sub. por Morte	409 940,67	1 678 037,43	1 120 837,42	4,09	6,83
S. a Prazo	220 763,14	491 735,65	328 452,58	2,23	3,72
Capital Popular	135 731,57	214 316,23	143 151,54	1,58	2,63
Totais	766 435,38	2 384 089,31	1 592 441,54	3,11	5,19

(*) Considerou-se a Reserva legal dividida proporcionalmente aos Fundos Permanentes das modalidades atuariais.

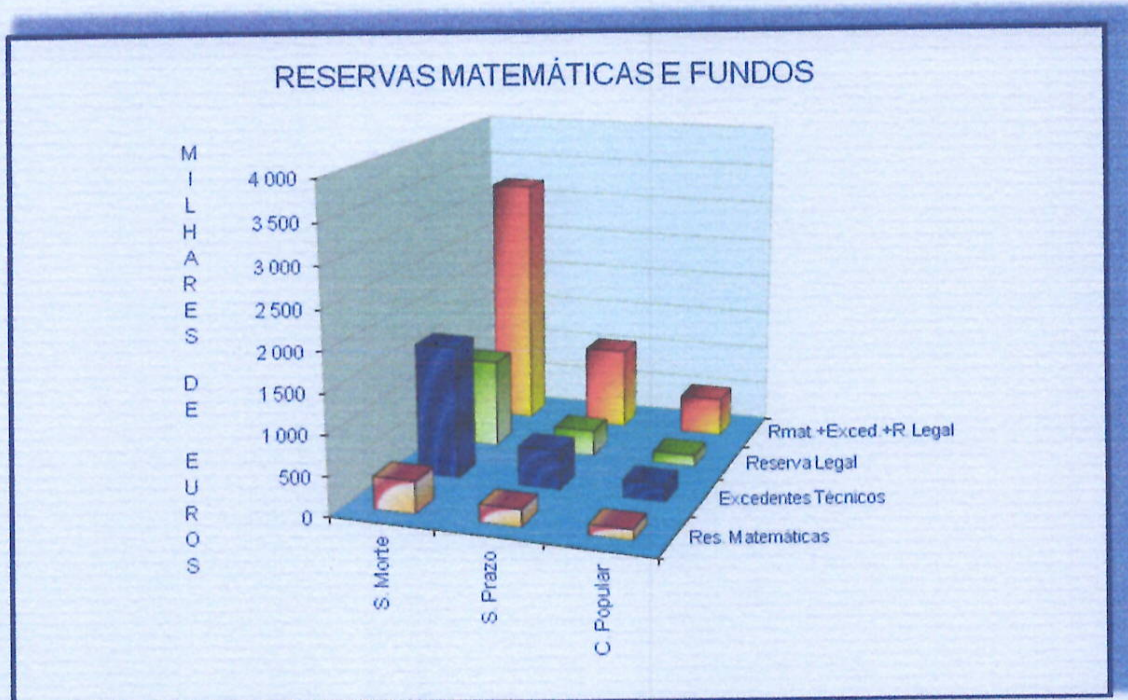
As taxas de cobertura totais diminuíram, relativamente ao ano anterior. No entanto, não contando com a Reserva legal, as reservas matemáticas estão cobertas com fundos 3,11 vezes superiores (5,19 vezes superiores, se contarmos com a Reserva legal). O gráfico que a seguir se insere evidencia os resultados do quadro anterior.

NUNO RODRIGUES

ACTUÁRIO

TEL. - FAX: 249 544 742

nrodrigues-actuario@sapo.pt



A situação técnico-financeira da Mutualidade continua muito boa.

O Atuário,

Porto, 10 de fevereiro de 2020

Nuno José Botto dos Reis Rodrigues
Atuário Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas

atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 26 de fevereiro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'João Luís Almeida Mendes de Araújo', is written over the printed name and company name.

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA

representada por João Luís Almeida Mendes de Araújo (ROC n° 933)

registado na CMVM com o n° 20160550